

Ata da 1ª Reunião Ordinária da Comissão Estadual de Validação e Acompanhamento do SISA, realizada em 27 de março de 2015.

Participantes: Flávio Quental (WWF); Camila Oliveira (Asimmanejo); Joci Aguiar (GTA); Marlene Jardim Medeiros (Seaprof); Cristina Lacerda (Sema); Moacir Haverroth (Embrapa); Amanda Cecília (Asimmanejo); Magaly Medeiroa (IMC); Pável Jezek (IMC); Rosângela Oliveira (IMC); Bruno Pacífico (IMC).

Pauta:

- Planejamento da CEVA 2015;
- Avaliação da Visita KfW;
- Apresentação dos documentos de Autoavaliação;
- Apresentação CI (demanda de participação da SOS Amazônia na Ceva);
- Avaliação da CEVA.

Em 27 de março do ano de dois mil e quatorze, às quatorze horas, na sala de reuniões do Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais, localizado na Av. Nações Unidas, nº 233, Bosque, Rio Branco/AC, realizou-se a reunião da Comissão Estadual de Validação e Acompanhamento (Ceva) do Sistema Estadual de Incentivos a Serviços Ambientais (SISA), sendo a primeira reunião ordinária da Comissão em 2015. A Coordenadora da Ceva, Sra. Jocicleide Aguiar, presidiu a reunião.

Joci Aguiar (GTA) iniciou a reunião dando boas vindas aos participantes e com a sugestão de que a pauta da avaliação da Ceva fosse tratada em outro momento, considerando a ausência de alguns dos representantes que gostariam de participar dessa discussão. Todos concordaram. A pedido da Diretora Presidente do IMC, Magaly Medeiros, a Coordenadora da Ceva fez alterações na ordem da pauta, passando a discutir primeiramente a avaliação da visita do KfW. Em seguida, passou à abordagem do processo de Autoavaliação do cumprimento de salvaguardas socioambientais no SISA e no ISA Carbono do Acre, apresentado por Pável Jezek.

Avaliação da visita - KfW

Principais Pontos Abordados:

- A Missão de Monitoramento do Programa REDD *Early Movers*, com recursos financeiros do KfW, é parte das atividades do Programa e realizou-se sob Coordenação de Karl Heinz e Christiane Ehringhaus. Um dos pontos discutidos foi a mudança na estrutura do governo e suas implicações jurídicas no âmbito do Contrato.
- Foi abordada a quantificação da redução das emissões de Carbono provenientes da redução do desmatamento, referente ao ano de 2013-2014, para fins de registro do ativo e contabilidade do carbono para o pagamento por performance.
- Outro destaque foi dado para as discussões, com representantes da CEVA e do GT Indígena, em torno das críticas *NO REDD*. Considerou-se que o programa jurisdicional de REDD+ do Acre é o primeiro a ser implementado no mundo e é um exemplo que poderá servir de espelho para outros programas.
- Sobre a estrutura da SEMADS (Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável), Dr. Érico Barboza foi a pessoa designada para debater o tema com os representantes da Missão do KfW, para tratar de assuntos jurídicos, explicando que a mudança de estrutura dos órgãos não tem interferência no contrato já existente, pois na verdade o Governo Alemão, através do KfW, assinou contrato com o Governo do Acre, e não com a SEDENS. Dr. Érico ficou de redigir um documento para esclarecer essa questão utilizando abordagem jurídica e enviar ao KfW.
- Em relação à questão *NO REDD*, os representantes do KfW parabenizaram a reunião da CEVA, agradeceram os depoimentos e pediram que esses fossem detalhados para se ter registros de transparência, pois o maior problema identificado no momento era que se estava fazendo muito, mas essas coisas não apareciam e ficava uma incerteza de quem estaria falando a verdade, tanto na questão indígena como no Projeto Purus.
- O IMC enfatizou que daria prioridade, nos seus investimentos de 2015, a estratégias e sistemas de transparência que, em outro momento seriam apresentados para CEVA.
- A respeito das auditorias anuais, que fazem parte do procedimento do programa, relatou-se que estavam previstas no orçamento do IMC para 2015, uma auditoria financeira e uma técnica, independentes, pagas pelo programa.
- A auditoria financeira estava ligada ao repasse dos recursos de 2014 e os resultados foram vinculados à parcela de recursos seguinte, prevista para junho. O atraso na divulgação dos dados oficiais do desmatamento pelo PRODES

implicou no atraso do repasse. Foi informado que a auditoria financeira já havia iniciado e finalizaria em maio. Seu resultado seria enviado ao KfW, juntamente com o registro dos créditos de 2014. O Programa REM no Acre ainda prevê o repasse de recursos no valor de cinco milhões de euros. A CDSA é a responsável por providenciar o registro na MARKIT para recebimento do recurso.

- Os representantes do KfW solicitaram uma maior frequência na comunicação das atividades, além dos relatórios, para ter mais informações dos resultados em curto espaço de tempo.

Os membros da Ceva receberam a memória da reunião que participaram durante a Missão do KfW, para leitura e comentários que poderão ser discutidos em próximo encontro.

Autoavaliação das Salvaguardas Socioambientais do SISA



Foto 1: Apresentação de Pável Jezek

Retorno sobre a Autoavaliação das Salvaguardas Socioambientais do SISA.

Três processos: 1. Auto-avaliação, 2. Revisão Internacional, 3. Colheita de Resultados.

1. Autoavaliação: processo local no Acre, relatório submetido à consulta pública.

Conclusões da autoavaliação (SISA ACRE 2013-2014):

- a. Construção participativa
- b. Adaptação dos indicadores
- c. Empoderamento dos atores
- d. Aprovação do Relatório por colegiado
- e. Com recomendações

- f. Plano de ação para suprimento das lacunas (ex: gênero, transparência, biodiversidade). Monitoramento do impacto das salvaguardas para o que foi feito.

2. Revisão Internacional do Comitê REDD+ SES (Acre 28/04-02/05/2014)

Independente, sobre todo o processo (governança, interpretação, avaliação, 10 passos);
Classifica grau de aplicação (orientação, parcial, integral).

Processo de REDD+ SES em nível de país – 10 etapas	
<p>Governança: uma abordagem com múltiplos atores para garantir uma participação equilibrada dos atores para uso dos padrões.</p>	1. Conscientização / Capacitação
	2. Estabelecer a equipe facilitadora (governo e sociedade civil)
	3. Criar o Comitê de Padrões com múltiplos atores
<p>Interpretação: adaptação dos indicadores e processo de avaliação para o contexto do país ou estado.</p>	4. Desenvolver um plano para o processo de REDD+ SES
	5. Desenvolver minutas dos indicadores específicos para o país
	6. Organizar consultas sobre os indicadores
<p>Avaliação: coletar a informação de monitoramento para avaliar o desempenho, revisão da minuta de relatório de avaliação e publicação de relatório.</p>	7. Preparar planos de monitoramento e avaliação
	8. Coletar e avaliar a informação de monitoramento
	9. Organizar a revisão da minuta do relatório de avaliação
	10. Publicar o relatório de avaliação

Revisão Internacional (Acre 28/04-02/05/2014)

Passo	REDD + SES Etapa do Processo	Classificação
1	Sensibilização e CAPACITAÇÃO	Aplicação integral de REDD + SES
2	GOVERNANÇA: Estabelecer a equipe de facilitação	Aplicação parcial de REDD + SES
3	GOVERNANÇA: Criar Comitê de Padrões	Aplicação integral do REDD + SES
4	INTERPRETAÇÃO: Desenvolver um plano para o processo de REDD + SES	Sem avaliação das informações necessárias
5	INTERPRETAÇÃO: Elaborar minutas de indicadores específicos do país	Aplicação parcial de REDD + SES
6	INTERPRETAÇÃO: Organizar Consultas sobre Indicadores	Aplicação parcial de REDD + SES
7	AVALIAÇÃO: Preparar planos de monitoramento e avaliação	Aplicação parcial de REDD + SES
8	AVALIAÇÃO: Coletar e avaliar as informações de monitoramento	REDD + SES como orientação - não aplicar REDD + SES
9	AVALIAÇÃO: Organizar revisão das partes interessadas do projecto de Relatório de Avaliação	Etapa não concluída - Nenhuma avaliação
10	AVALIAÇÃO: Publicar o Relatório de Avaliação	Etapa não concluída - Nenhuma avaliação
Todos os Passos	Conclusão geral	Aplicação parcial de REDD + SES

3. Colheita de Resultados (1)

- a. Influência de REDD+ SES na implementação da Lei do SISA;
- b. Princípios ambientais e projeto Purus contribuem na mudança de práticas de uso da terra;
- c. Participação de CARE contribui com uma iniciativa de conservação na bacia do Riozinho do Rola em Rio Branco;
- d. CCBA e CARE fortaleceram a consonância com as salvaguardas de UNFCCC (Cancún); CEVA é uma estrutura de governança transparente e eficaz (múltiplos atores), que foi criada para supervisionar o SISA; a “frustração” de representantes indígenas por não participarem dos Conselhos motivou a criação do GT Indígena e a Iniciativa influenciou a sua efetiva participação; esta por sua vez motivou o governo investir USD 675.000 em TI;

- e. A Iniciativa Internacional REDD+ SES subsidiou como base do processo a construção dos indicadores do Acre;
- f. A Iniciativa contribuiu para a contribuição financeira do KFW.

Próximos passos

- Elaborar um Plano de Ação para o suprimento das lacunas identificadas no Relatório de Autoavaliação do Cumprimento de Salvaguardas Socioambientais no SISA e no programa ISA Carbono do Estado do Acre;
- Contribuir para a consolidação de um Sistema de Informação das Salvaguardas (SIS); desenhar uma proposta de mecanismo de diálogo e retroalimentação entre os agentes da implementação do SISA (IMC, CDSA, SEAPROF, PGE, Conselhos) e entidades que exercem controle social (Comissão Estadual de Validação e Acompanhamento - CEVA) para o monitoramento das salvaguardas;
- Realizar análise de compatibilidade das ações do SISA com os instrumentos e as iniciativas nacionais do MMA e com acordos internacionais (por exemplo, no âmbito da cooperação com o Banco Mundial - BIRD e Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID).

Pontos abordados:

- Foi comentado sobre o grande desafio de sair a campo e identificar os benefícios e avanços; da necessidade de divulgar aos beneficiários o que vem contribuindo para redução do desmatamento, para que foi o benefício e qual o resultado na mudança de práticas para redução do desmatamento.
- A Iniciativa Internacional de Padrões Socioambientais de REDD+ é composta por: *CARE, Conservation International, The Nature Conservancy, Rainforest Alliance, Wildlife Conservation Society*. A experiência do Acre com Salvaguardas socioambientais é considerada como pioneira e interessante para outras regiões do mundo. A Iniciativa oferece possibilidades de capacitação e intercâmbio sobre salvaguardas.
- A Iniciativa mantém um Comitê composto por aproximadamente vinte membros de Governo, sociedade civil e setores privados da América Latina, África e Ásia e realiza uma reunião anual organizada para avaliar, e outra para intercâmbio de experiências.
- Foi comentado da expectativa de retorno sobre como foi avaliado o processo de salvaguardas do Acre.

Debate:

Joci Aguiar (GTA) – falou da necessidade de conhecer melhor as ações que estão sendo executadas no REM e todo o programa. E da grande preocupação pelo envolvimento da SEP Mulheres, e com todo o movimento de mulheres. Informou estarem buscando apoio para discutir essas ações em um seminário, previsto para a segunda quinzena de junho, sob a ótica das mulheres.

Pável Jezek (IMC) – informou que o plano de ação ainda seria feito. Falou das dificuldades em realizar consultas que foram utilizadas para subsidiar o relatório. A consulta pública só foi realizada em outubro, e o plano requeria recursos. Disse estar previsto um apoio do WWF para elaborar o plano de ação, pois o SISA necessitava de apoio externo. Ressaltou que os membros da CEVA eram voluntários e não tinham recursos para monitorar implementação em campo (o monitoramento seria limitado à análise e avaliação de documentos e outras informações). Disse que o IMC requereria de recursos adicionais para viabilizar o monitoramento de implementação e resultados em campo.

Joci Aguiar – mencionou que os estudos iriam responder em que as mulheres estavam sendo beneficiadas.

Flávio Quental (WWF) – comentou que o Projeto indígena tinha relação com comunicação e transparência. Defendeu que era preciso levantar se foi executado e se contemplou as salvaguardas. Falou de todo o investimento feito. Performance ambiental (acabando) WWF e Fundo ambiental.

Joci Aguiar – relatou que a Ceva só ficou sabendo quando o edital já havia sido publicado, mas tinham que se envolver para dar opinião e ajudar no processo.

Moacir Haverroth (Embrapa) – informou que havia ajudado a elaborar o projeto de uma Associação, mas não tinha informação se Poyanawas receberam ou por que outros não receberam.

Marlene Medeiros (Seaprof) – falou do Programa de Certificação, que atingia cinco mil famílias – que no momento só estavam em três municípios com recursos WWF e Fundo Amazônia (que passou mais de um ano parado). Por ser um programa aprovado no SISA, fizeram argumentações e o banco voltou a liberar. Defendeu ser necessária uma visita de acompanhamento para avaliar e poder fazer o pagamento.

Flávio Quental – declarou que, sem desmerecer o projeto do Riozinho do Rola, eles (WWF) tinham um projeto com mais de cinco mil famílias fazendo roçado sem fogo.

Cristina Lacerda (Sema) – sugeriu levarem essas questões para o colegiado dos três Conselhos ou, pelo menos para o Conselho de Florestas.

Pável Jezek – disse que essa alteração teria mecanismo para ser adicionada ao contrato, no sentido de permitir o recurso para outra demanda.

Marlene Medeiros – falou que a justificativa havia sido feita, mas o banco não aceitou e se passaram dois anos. O que faltava era a contrapartida do estado.

Pável Jezek – comentou que a CEVA tinha esse compromisso de levar sugestões de decisões e mudar situações como essa. Citou o Projeto monitoramento comunitário – Projeto Sinal Verde, com 36 monitores comunitários da RESEX Chicos Mendes que utilizaram *smartphones* para monitorar. Informou que os Relatórios seriam apresentados em um Seminário no mês de abril.

Foi dito que WWF gostaria de participar, pois apoiava um projeto de monitoramento do pirarucu em Feijó.

SOS Amazônia solicitou participar da Ceva, via documento

Joci Aguiar colocou o assunto em apreciação. Afirmou que o documento de solicitação da SOS Amazônia deveria ser de conhecimento dos membros da CEVA para se saber os motivos e caso a Ceva concordasse, deveria buscar o “par governamental” para propor uma eventual ampliação da Ceva de oito para dez membros, ao Colegiado.

Debate:

Joci Aguiar – esclareceu que cada representante na Ceva deveria consultar seus pares em sua entidade ou definiriam em plenária. Considerou que já estava difícil de reunir os oito componentes, para ser bem executiva.

Cristina Lacerda – sugeriu levar a questão para o colegiado, e verificar juridicamente. Comentou que já havia sido solicitado, para o caso de o titular e o suplente não poderem participar das reuniões, que não fosse encaminhada outra pessoa. E que se houvesse público diferente dos membros na reunião, que fosse sem direito a voz e voto, participando como ouvinte.

Flávio Quental – mencionou que seria importante saber por que a entidade manifestou interesse em participar nesse momento.

Foi considerado que as outras entidades já haviam sido convidadas a participar em outras ocasiões.

Joci Aguiar – comentou que a SOS Amazônia tinha participação no SISA com a execução de convênio.

Encaminhamentos:

- Levar a questão do monitoramento das ações do SISA e salvaguardas aos gestores, para abrir diálogo com: Sedens, Seaprof, IMC, Sema, e Governador.
- Resgatar planilha de planejamento da Ceva e encaminhar a todos os membros.
- Envolver a SEPMulheres no Seminário de Gênero e informar se continua apoio para realização da oficina de capacitação.
- Quanto à reunião extraordinária, Magaly Medeiros (IMC) e Edegard de Deus (Sema) irão informar sobre a data na próxima semana.
- Verificar, na próxima semana, junto ao IMC, a melhor data para a reunião com gestores.
- As atas deverão ser enviadas por e-mail a todos os membros.
- Levar a demanda da SOS Amazônia para ser debatida no Colegiado dos três Conselhos.

Sem mais assuntos a tratar, a Coordenadora da Ceva encerrou a reunião.